

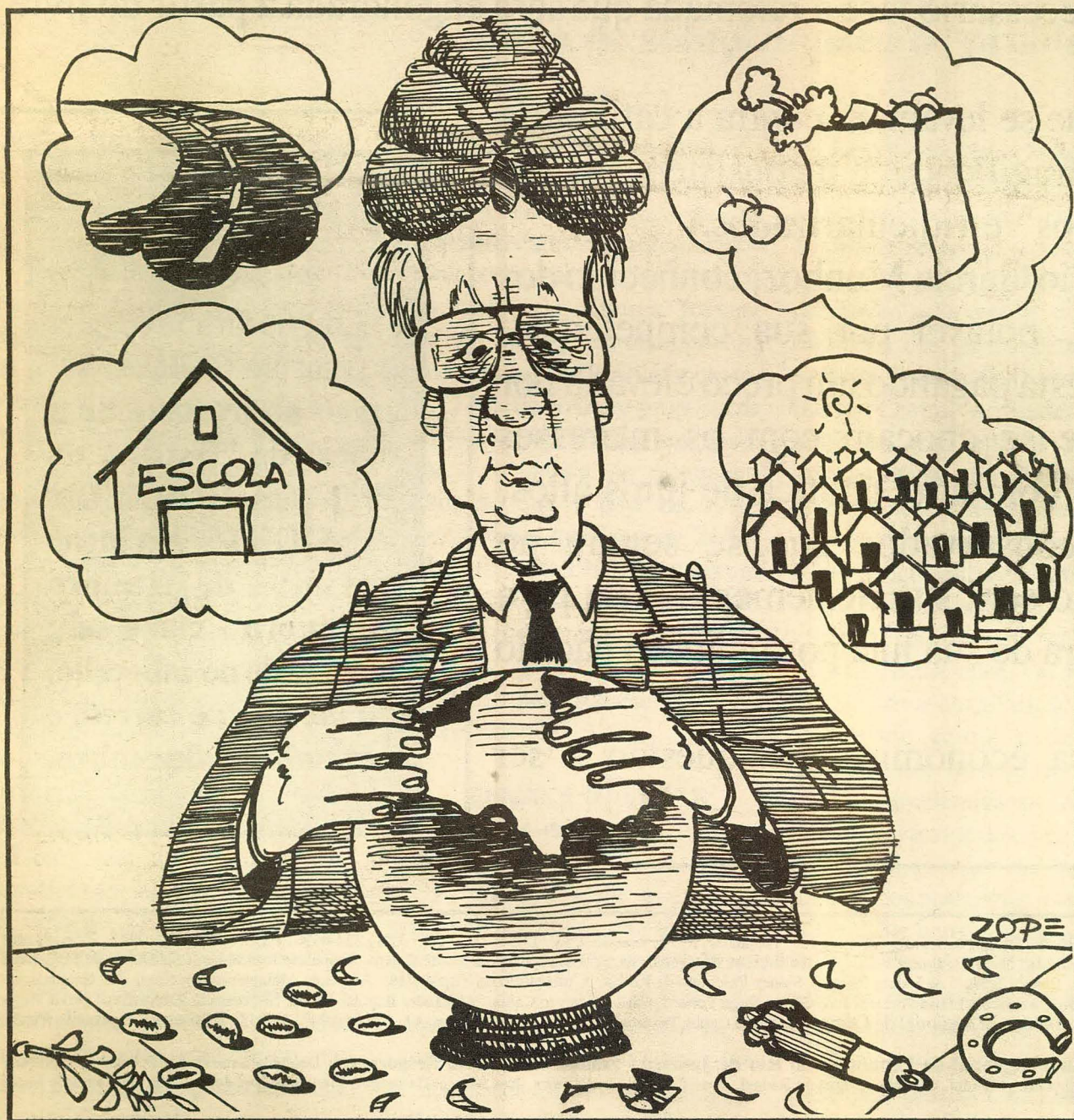
# I N F O R M E CORECON

Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia - 1ª Região do Rio de Janeiro - nº 44 - dezembro - 1992

## Tudo bem no ano que vem?

Sete especialistas de renome nacional falam de suas expectativas para 1993, concluem que será quase impossível derrubar a inflação e especulam sobre os objetivos do programa econômico de Itamar Franco.

Páginas 3 e 4



---

**Ponto de  
Vista: a  
privatização  
do setor  
elétrico**

Página 5

---

**CORECON  
premia  
monografias  
do ano**

Páginas 6 e 7



O fato mais interessante na saída de Gustavo Krause do Ministério da Fazenda foi a mudança ocorrida no ânimo da elite com relação à personalidade do ex-ministro.

De simplório pau-de-arara, cuja sofisticação ficava por conta da boêmia popular em Recife, foi promovido a guardião da racionalidade econômica e do programa de modernização, evitando sua conspurcação pelos vícios do populismo e do nacionalismo retrógrado.

A excitação causada por saída tão repentina atuou, mesmo que sem intenção, no sentido de intimidar o presidente Itamar no momento em que, apesar de nos encontrarmos às vésperas do julgamento do *Impeachment*, defendia e cobrava coragem a seus ministros para a mudança na área política e econômica, que só é eficiente na proteção da riqueza financeira.

A economia está aprisionada por uma política que atende aos interesses de setores que têm uma posição superavitária no sistema financeiro. O custo social - miséria crescente - e econômico - recessão, falências, etc - desta política é apresentado no discurso à população como o preço necessário face à retomada que será engendrada a partir do livre mercado.

Todos aqueles que se levantam contra a catilinária neoliberal, mostrando suas fragilidades e inconsistências, são sistematicamente "queimados" e ridicularizados.

O professor Dércio Garcia Munhoz, conhecido dos profissionais de economia, notável por sua competência, seriedade e espírito crítico, está pagando um preço elevado por ter externado opiniões que se chocam com os interesses daqueles que enriqueceram com uma política de juros altos.

O movimento conservador que se seguiu ao afastamento do ministro não será suficientemente forte para desviar a sociedade brasileira de sua luta por um novo padrão de desenvolvimento.

Mudar a política econômica é a questão a ser enfrentada.

### Errata

Em sua última edição, o Informe CORECON errou ao transcrever a tabela do "Sistema de Projeções CORECON - INSIGHT". No lugar dos meses de setembro e outubro - como saiu publicado no cabeçalho da tabela -, o correto é novembro e dezembro.

**CORECON/ Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.** Av. Rio Branco, 109/ 19º andar, Rio de Janeiro, CEP 20054 - 900. Tel.: (021) 224-0578. Fax.: (021) 221-0958. **Presidente:** Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro Lessa. **Vice-Presidente:** Maurício Buzanovsky. **Conselheiros Efetivos:** Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, Luís Otávio de Figueiredo Façanha, Luís Carlos Pires de Araújo, Hélio Oliveira Portocarrero Castro, Ignácio de Moura Rangel, Sidney Pascoutto da Rocha. **Conselheiros Suplentes:** Ailton de Albuquerque Queiroz, Lia Hasenclever, Eduardo Luiz de Mendonça, Renato Augusto da Matta, Eustáquio José Reis Rosa Maria Porcaro, José Carlos Negri Periard, Carlos Augusto Callou, Alexandre Baptista Freire. **Secretaria Executiva:** Duvit Regis Kirschbaum. **Secretaria de Fiscalização:** Luiz Sérgio Ribeiro. **Delegacia Regional de Campos:** Denise Cunha Tavares Terra - Av. Dom Bosco, 49. Tel.: (0247) 23-833. **Biblioteca Eginardo Pires:** bibliotecária Ângela Peixoto.

**INFORME CORECON / Órgão Oficial do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro - Editora e Jornalista Responsável:** Deolinda Saraiva (MT -14109). **Diretor Responsável:** Márcio Henrique M. de Castro. **Conselho Editorial:** Cláudio Considera, Ignácio Rangel, José Clemente de Oliveira, José Márcio Camargo, Marcelino José Jorge, Márcio Henrique M. de Castro, Silvano da Silva Cardoso, Winston Fritsch.

**Coordenação e Edição:** Frilas Serviços Jornalísticos Ltda.: Tel.: (021)220-5444. **Diagramação e Edição Eletrônica:** Luiz Bello. **Fotografia:** Guarin de Lorena. **Ilustração:** Zope. **Fotolito e Impressão:** Monitor Mercantil. **Tiragem:** 20.000 exemplares. **Periodicidade:** Mensal.

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição do CORECON/RJ. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.



# O que esperar de 1993?

**Governo incerto, ano incerto. 1993 promete ser um ano de ajustes políticos e econômicos. No meio de tantos problemas sociais e de um mercado recessivo, fica difícil saber qual caminho o Brasil seguirá a partir de 1º de janeiro.**

**O Informe CORECON coletou as opiniões de sete especialistas de renome nacional em relação a quatro tópicos básicos: inflação, reforma fiscal, crescimento do PIB e as perspectivas de investimentos estrangeiros. Entre os depoimentos, uma unanimidade: 93 será um ano de muito trabalho e intensa busca de soluções para os problemas históricos do Brasil.**

## **JOÃO PAULO DE ALMEIDA MAGALHÃES**

**Professor titular da UFRJ**

"Para o ano de 1993, o governo Itamar poderá tomar dois caminhos para tentar solucionar o problema da inflação brasileira: adotar uma estratégia técnica, visando diminuir o déficit estrutural da União, ou uma estratégia mais social, priorizando o desenvolvimento de políticas sociais. No primeiro caso, a inflação deverá chegar ao próximo ano em torno de 10%, se o governo conseguir manter uma estratégia técnica bem articulada. No caso da opção mais social, a tendência será a de termos uma inflação de 85% no final do ano, como aconteceu no governo Sarney. Sem metas eficazes para o combate ao déficit público, sem uma limitação da estratégia social, não haverá recuo da inflação. O problema é que o atual governo não dimensiona que a causa da convulsão social é o desemprego. Sem uma retomada do crescimento econômico não existe possibilidade para a resolução de questões sociais.

Quanto à reforma fiscal, a proposta governamental que tra-

mita atualmente no Congresso - com grandes chances de ser aprovada - assusta pela aversão que os parlamentares vêm apresentando a qualquer tipo de reforma tributária que tente, de alguma forma, diminuir a sonegação de impostos, como é o caso do IPMF, por exemplo. O equilíbrio dessa proposta de reforma fiscal não será suficiente para a retomada da poupança brasileira, que é hoje de 17%. Precisariamos que fosse de 21%.

Acredito que 1993 será mais um ano perdido para o crescimento do PIB. E o investimento estrangeiro não virá, sendo extremamente secundário para representação da nossa economia".

## **ERNANE GALVÊAS** **Ex-ministro**

"A inflação atual é causada principalmente por uma expansão monetária que decorre de três causas principais: a reconversão de cruzados novos em cruzeiros, a acumulação de reservas cambiais e as liberações de verbas políticas, inclusive via Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A primeira causa já não existe mais;

a segunda tende a desaparecer, porque não há nenhuma justificativa para que o governo continue a acumular reservas; a terceira vai depender do governo Itamar promover uma maior ou menor expansão dos gastos públicos. A expansão monetária obrigava o Banco Central a vender títulos públicos com efeitos também inflacionários. Se a atual administração souber resolver essas duas causas - reservas cambiais e gastos públicos -, a tendência para 1993 é de uma menor inflação.

Com relação ao nível da atividade econômica, vai depender da velocidade de utilização da atual capacidade ociosa e de novos investimentos na área de infraestrutura e modernização. A principal condicionante dessa mudança é a confiança que os agentes econômicos possam ter no governo Itamar. Se houver uma administração criteriosa e equilibrada, é possível esperar um crescimento do PIB entre 3% e 4%.

A meu ver, a Reforma Fiscal que o país precisa é na direção da simplificação do sistema tributário: redução das alíquotas e alargamento do universo tributário. A reforma

proposta não atende a esse objetivo, está na direção errada.

Nos últimos dois anos houve uma forte absorção de recursos externos. Entretanto, esses recursos não tomaram a melhor direção, porque foram menos investimentos diretos e mais financiamentos, grande parte dos quais de curto prazo e de caráter especulativo. Na medida em que a economia tender à estabilidade, os investimentos diretos de capital estrangeiro deverão aumentar, ao mesmo tempo em que o governo deverá limitar a captação de recursos sob a forma de empréstimos".

## **EDMAR BACHA** **Professor da PUC**

"Creio numa tendência geral de elevação da inflação, com a taxa anual maior que a de 1992. Na questão da reforma fiscal, o que deverá ser aprovado agora pelo Congresso é uma pequena parcela do que o governo necessita para recuperar os cofres públicos. A discussão maior virá depois.

O PIB ficará em torno de 2% a 3%. Investimento estrangeiro especulativo em bolsa e em curto



prazo é razoável, enquanto se mantiverem a recessão nos países e taxas de juros baixas. Para investimentos diretos de longo prazo, as perspectivas são nulas

**CLÁUDIO CONSIDERA**  
**Coordenador do GAC**  
**do IPEA.**

"Todas as questões levantadas dependem do ajuste fiscal. A partir deste ajuste é que poderemos dizer se teremos mais um ano perdido ou não. As contas dependem exclusivamente do governo, como sempre vêm dependendo já há 12 anos. Só se poderá falar sobre rumos da inflação, dos investimentos estrangeiros e de todas as outras questões quando a nova reforma fiscal for definida.

O que pode ser dito, até agora, é que a proposta de ajuste apresentada é muito ampla para o pouco tempo em que ela precisará ser colocada em prática. O ajuste fiscal tem de ser emergencial para o próximo ano. O que a sociedade brasileira tem de entender é que esse ajuste deve ser elaborado para resolver um problema de caixa do governo, a curto prazo. Só depois é que uma reforma mais ampla deverá ser levantada. Essa segunda reforma virá ainda em 1993, quando a sociedade se decidir pelo plebiscito sobre o Estado que quer ter. Aí vem o ajuste constitucional, revendo distribuição de receitas federais, estaduais e municipais, e outras muitas questões que deverão ser colocadas em debate no próximo ano".

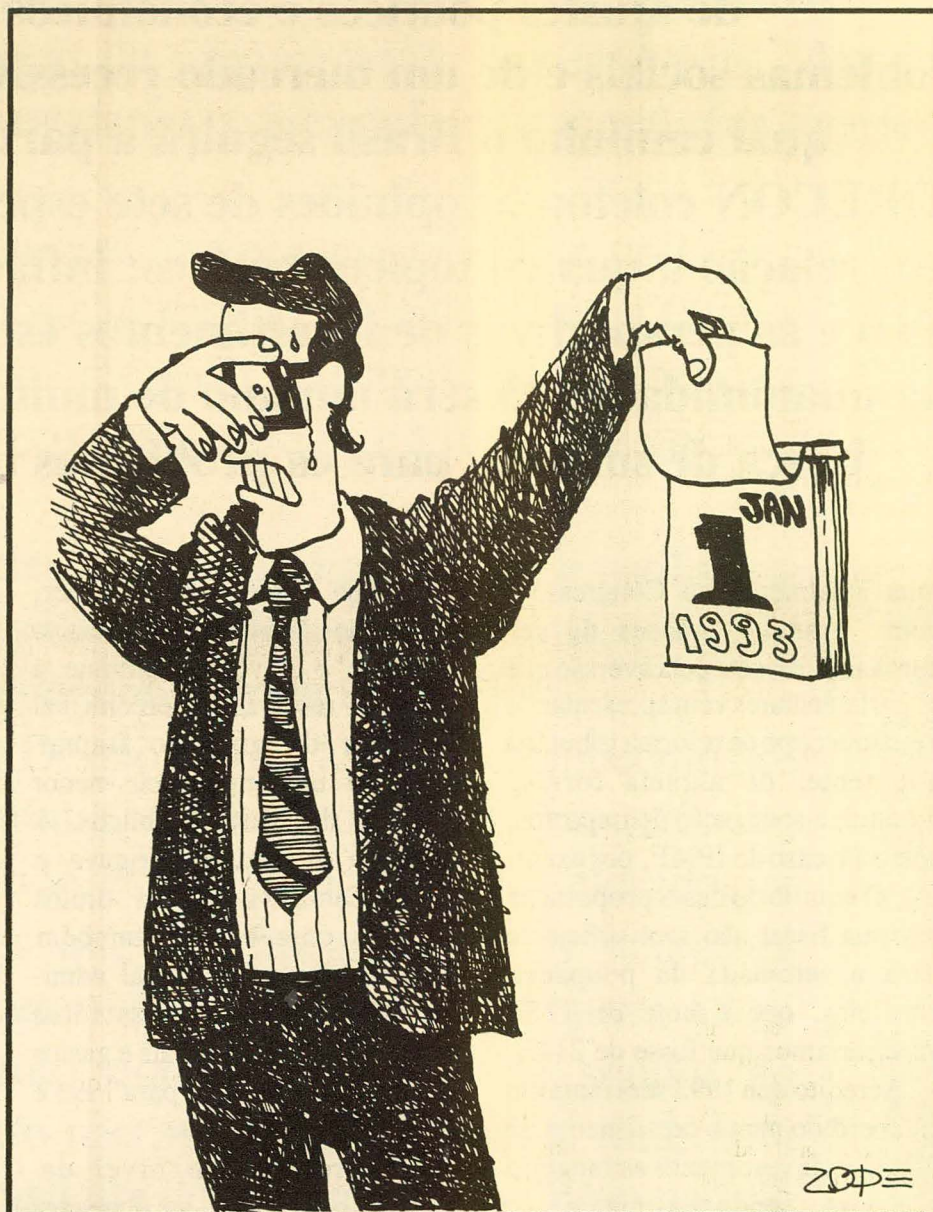
**ALOÍSIO TEIXEIRA**  
**Diretor do Instituto de**  
**Economia Industrial da UFRJ.**

"Inflação, reforma fiscal e PIB são assuntos que estão interligados ao tipo de política econômica que vai ser adotada. O governo Itamar se caracterizou até agora por uma política de continuidade do governo anterior. Se continuar assim, depois do Impeachment, a inflação não deverá cair e nem o PIB deverá crescer. Dentro de um quadro como este, a reforma fiscal será inútil.

O governo Itamar pode tomar o caminho de promover uma reforma financeira que destaque o alongamento da dívida pública, reduza a pressão dos juros dessa dívida sobre as contas do Tesouro e, por outro lado, promover também uma política defensiva de reestruturação industrial. As duas coisas poderiam reduzir a inflação e permitir o crescimento. Uma maior raciona-

**SATURNINO BRAGA**  
**Ex-prefeito e vereador eleito**  
**do Rio de Janeiro**

Hoje a inflação pode ser classificada como um problema político, uma disputa pelas fatias de renda, que só terá solução dentro de um pacto político. É difícil fazer previsão mas acho que o primeiro



lidade da reforma fiscal permitiria aplicar o que foi arrecadado em impostos dentro de projetos sociais.

Acho que não haverá investimento de risco em qualquer cenário. Os estrangeiros não estão investindo nos países da América Latina e isso não vai mudar agora. A entrada de capital sob a forma de aplicações financeiras poderá ou não continuar, dependendo das taxas de juros: com taxas elevadas, continuaria a vinda de capital especulativo; com taxas baixas, cairá a entrada de capital estrangeiro em transações financeiras internacionais.

passo para essa questão deve ser a resolução da dívida interna e a programação de um atendimento desses encargos que não pese tanto sobre o gasto público. Isso implica numa reforma financeira, que o atual presidente mostrou interesse em realizar, mas não acredito que ele tenha condições de fazê-la.

Um pacto político é mais viável com crescimento econômico. Num clima de estagnação, a soma de forças políticas é zero. A Reforma Fiscal irá dar condições de retomada dos investimentos governamentais e, a partir disso, a retomada do

crescimento econômico. Que, por sua vez, irá facilitar o pacto político para o combate à inflação.

Já o crescimento do PIB depende da retomada dos investimentos estatais. Tudo está interligado. Se as condições de retomada do crescimento do PIB se efetivarem, os investimentos estrangeiros virão, sem a necessidade de concessões.

**ANTÔNIO CARLOS PORTO**  
**GONÇALVES**  
**Professor da UFF da FGV.**

"Existem dois cenários para 1993. O primeiro seria a planificação de congelamento, com o qual a inflação brasileira desceria para 5% a 10%. Mas o governo Itamar não deverá conseguir efetuar a parte ortodoxa do plano, o que faria - se seguido este caminho - a inflação voltar a subir. O segundo cenário é a continuidade do que se vê agora, com o governo empurrando o problema com a barriga, discutindo assuntos do tipo "aumento dos remédios" como se fosse uma questão essencial.

A Reforma Fiscal deveria reduzir alíquotas para o aumento de arrecadação e diminuir impostos. O que se vê é exatamente o contrário. A imagem do Brasil, no exterior, com essa atitude, continuará a ser de um "inferno fiscal". Sendo assim, o ano de 1993 deverá ser mais um ano de recessão, e de um Brasil indeciso. O presidente Itamar não consegue entender que os problemas sociais estão ligados a investimentos. Sem uma retomada do crescimento econômico, as questões sociais não poderão ser resolvidas.

Quanto ao investimento estrangeiro, devemos nos lembrar que isso sempre foi mal visto no Brasil. Tanto pela esquerda quanto pelos militares. Só agora é que este quadro começa a querer mudar. A sociedade está percebendo que a vinda de investimento estrangeiro representa possibilidade de novos empregos. Mas esse tipo de investimento ainda é muito hostilizado.



# A modernização do Setor Elétrico

*Sidney Pascoutto*

**E**m recente artigo publicado no *Jornal Estado de São Paulo*, o dr. José Boucinhas, secretário de Energia de São Paulo, presumivelmente por ter dispensado pouco tempo de sua vivência aos desafios colocados ao setor elétrico brasileiro, na defesa de uma suposta "modernização", reduziu a necessária presença do Estado no setor elétrico à existência, nas duas últimas décadas, de uma "visão de segurança nacional", ignorando o fato da lógica do investimento privado ser incompatível com o *modus operandi* do setor elétrico.

Basta observarmos três aspectos: o primeiro é o tempo de maturação do investimento que, na maioria dos casos, é superior a quinze anos; o segundo é a energia elétrica, o vetor mais decisivo para a qualidade de vida das pessoas - e o capital privado nem sempre considera parâmetros desta natureza; finalmente o terceiro ponto é o fato de a iniciativa privada (nacional e estrangeira) ter atuado durante 72 anos com muito pouca regulamentação e ter contribuído para uma capacidade instalada de apenas 6 milhões de KW, enquanto que, a partir da presença do Estado, em 30 anos se acresceu ao sistema 50 milhões de KW, levando-se energia à grande maioria da população.

É preciso registrar que os investimentos privados são costumeiramente canalizados para negócios de grande rentabilidade, não sendo por outra razão que, quando se fala na presença da iniciativa privada no setor elétrico, os interesses se voltam para a Light, a Escelsae, nos bastidores, já se trabalha com assentimento de alguns governadores para incluir neste processo a Eletropaulo, a CPFL, a COPEL, a CEMIG e a CESP, todas empresas distribuidoras, de mercado altamente concentrado e de grande rentabilidade.

Quando se coloca a privatização como panacéia para a resolução dos problemas enfrentados pelo setor

elétrico brasileiro é importante não perder-se de vista uma experiência recente de privatização: a Companhia de Energia Elétrica do Tocantins - CELTINS -, em Palmas, onde a população, os hospitais e as escolas, a partir das 18 horas, recebem energia elétrica com tensão reduzida, impossibilitando o funcionamento de aparelhos elétricos, pois não foram executados os investimentos previstos na propaganda que desencadeou o processo.

Teria havido erro de planejamento como afirma o Secretário? Não houve erro de planejamento e o setor não é regido pela lei da oferta; o que existe são desvios em função dos agentes econômicos cartelizados que se assenhoriaram do Estado.

Os técnicos do setor entendem que a expansão da oferta deve ser comandada por uma estratégia de desenvolvimento a nível global e por estudos sócio-econômicos regionais que captem as necessidades de crescimento da população e a capacidade de desenvolvimento econômico das diversas regiões.

Os investimentos privados nacionais e internacionais foram convocados a participar do esforço de desenvolvimento e não compareceram, pela baixa rentabilidade e longo prazo de retorno.

O secretário defende o fim do controle federal na definição das tarifas. Isto seria possível se descobríssemos uma maneira em que as leis de mercado, que regulam os preços dos bens, existissem em regime de monopólio natural, como é o caso da energia elétrica.

Os técnicos do setor entendem ser necessário uma política tarifária que seja definida a partir da matriz energética, e que se considere as necessidades de expansão do sistema.

A crise de natureza econômico-financeira atravessada pelo setor elétrico deve-se à omissão de muitos

dos homens públicos que hoje aparecem com propostas mirabolantes. O corpo técnico das empresas, imobilizado pelo autoritarismo, nunca dispôs de instrumentos ou mecanismos que informassem à população das constantes violações do planejamento, notadamente no cronograma de execução das obras e na utilização das empresas do setor elétrico para favorecimento de pessoas ou grupos econômicos.

Submetido a tarifas que sequer asseguram a remuneração do investimento e à falta de autoridade do governo federal em fazer cumprir a legislação que rege o setor (O DNAEE - Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - está completamente desaparecido e sem um corpo técnico para que possa cumprir suas atribuições) o setor sofre ainda com o fato de ter o seu caixa utilizado por alguns governos estaduais para executar obras estranhas ao setor elétrico, tendo como consequência uma brutal inadimplência intersetorial.

A Eletrobrás não é apenas a *holding* das empresas elétricas federais, como afirma o secretário. É uma empresa que, há 30 anos, tem seu corpo técnico trabalhando dedicada-mente para, articulada com as concessionárias estaduais e de forma competente e otimizada, executar a coordenação da operação interligada e do planejamento da expansão do sistema.

A tarefa do principal banco de financiamento do setor, hoje, não é executada satisfatoriamente, face à inadimplência das concessionárias estaduais para com as empresas federais, pela forma como foi conduzida a negociação da dívida externa e seu desdobramento em relação às empresas estatais federais e pelos desca- minhos da política econômica e fiscal implementada pelos últimos governos.

Para se ter uma idéia da inadimplência, basta verificar que a Eletrobrás tem a receber das empresas do setor, por conta de empréstimos e finan-

ciamentos concedidos, uma dívida em moeda nacional e estrangeira, de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão.

Saliente-se que a dívida global atinge aproximadamente US\$ 4 bilhões, quando se leva em conta a inadimplência das concessionárias estaduais em relação à energia comprada às empresas do Grupo Eletrobrás.

As dificuldades econômico-financeiras da Eletrobrás, os seguidos bloqueios de contas, a falta de uma estratégia para equacionamento dos desafios a médio e longo prazos e o troca-troca de dirigentes (a Eletrobrás, nos últimos dois anos e meio, teve 5 diretores financeiros) estão levando a empresa a realizar operações questionáveis, como o recente *Block Trade* com ações da CEMIG: integralizadas pelo valor patrimonial, as ações das Centrais Elétricas de Minas Gerais foram negociadas nos últimos dias de setembro, quando o mercado se encontrava em baixa, e acabaram vendidas por cerca de 10% de seu valor patrimonial.

Os técnicos da empresa chamam atenção para a necessidade de se reduzir o ritmo de algumas obras ou criar alguma outra fonte suplementar de recursos, caso a prioridade do governo seja mesmo pagar a dívida externa.

Finalmente seria importante que o governo do Estado de São Paulo se inteirasse dos esforços empreendidos pelo Comando Nacional dos Eletricistas - que após reunir técnicos do setor, desenvolveu trabalho visando o equacionamento da crise enfrentada pelo setor elétrico - e colaborasse para que a discussão seja ampliada para o conjunto da sociedade brasileira. As decisões envolvendo o setor elétrico precisam ser democratizadas, para que o mesmo cumpra a cada dia com maior eficiência sua tarefa de oferecer energia com qualidade, na quantidade solicitada para nosso desenvolvimento e a preços compatíveis com o nível de renda de nossa população.



# III Prêmio CORECON d

No dia 10 de dezembro, o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro divulgou o resultado do seu 3º Prêmio de Monografia. A premiação foi feita pelo presidente da entidade, o professor Carlos Lessa, no Salão Dourado do Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ. As monografias e os autores premiados foram:

**1º lugar - "A Carteira de Trabalho e o Mercado de Trabalho Urbano", de Valéria Lúcia Pero, da UFRJ;**

**2º lugar - "Regime de Alta Inflação e Experiência Brasileira", de Luis Gustavo Vieira Martins, UFF;**

**3º lugar - "O Efeito Fischer no Brasil", de Jorge Ribeiro Coutinho Guinle, PUC.**

Além dos respectivos certificados, os três vencedores receberam prêmios em dinheiro, que vêm sendo devidamente reajustados pela TR, desde a elaboração do concurso:

**1º lugar - CR\$ 11.108,79;**

**2º lugar - CR\$ 5.554,39;**

**3º lugar - CR\$ 2.777,20.**

Este ano, concorreram ao Prêmio Monografia CORECON sete instituições de ensino do Estado do Rio de Janeiro, sendo duas públicas e cinco privadas. Na área econômica, são 20 as escolas do Estado. O concurso dá direito a cada escola apresentar no máximo quatro monografias. O número esperado pela coordenadora do evento, a professora e conselheira do CORECON, Lia Hasenclever, era de 28 trabalhos. No ano passado foram apresentados 27. O número de monografias inscritas chegou a 18, o que foi considerado insatisfatório pelos organizadores, que ainda não identificaram as razões deste resultado.

Os temas apresentados neste ano estiveram relacionados com as áreas de moedas e bancos, incluindo Teoria Monetária e inflação. As monografias sobre esses assuntos somaram um total de onze dos trabalhos inscritos. Outros temas foram a preocupação com problemas ambientais e com o planejamento prospectivo das empresas. Para os



A primeira colocada, Valéria Lúcia Pero, e seu orientador, prof. João Luiz Sabóia, recebem os cumprimentos do presidente do CORECON, prof. Carlos Lessa.

organizadores do Prêmio CORECON, a escolha desses temas reflete as principais preocupações atuais a respeito da economia brasileira, tanto no que diz respeito a assuntos clássicos quanto a contemporâneos, como os atuais problemas econômicos do país.

Os examinadores identificaram quatro problemas básicos, em relação à qualidade dos trabalhos. O primeiro ponto é a dificuldade dos concorrentes em delinearem o objeto de estudo, perdendo-se em outras considerações e dificultando uma análise em profundidade do tema. Também foi notado que mais de 50% dos trabalhos apresentaram problemas graves no uso de conceitos teóricos e inadequações metodológicas. O número excessivo de páginas chamou a atenção da banca examinadora, o que reforça a dificuldade dos alunos em apresentar uma reflexão mais direta sobre o tema que escolheram. A equipe tomou como padrão a referência de um artigo de revista especializada, que varia entre

30 e 40 páginas datilografadas em espaço dois. Por último, as monografias não mostraram muita preocupação com as normas técnicas que um trabalho acadêmico necessita.

Dos três concorrentes premiados, dois já estão fazendo mestrado. Somente Jorge José Guinle ainda irá fazer prova para pós-graduação. Todos três sentem-se gratificados pelo prêmio que receberam, não só pelo reconhecimento público de um trabalho de qualidade, mas também pelo incentivo financeiro concedido pelo CORECON, que valoriza ainda mais a premiação e mostra uma preocupação com o pensamento acadêmico, em um país com um quadro recessivo que desestimula qualquer produção intelectual. Luis Gustavo Martins pretende investir o dinheiro que recebeu na compra de um computador, que irá auxiliá-lo na apresentação de trabalhos futuros. Valéria Lúcia Pero, a grande vencedora, já está usando o seu prêmio para dar continuidade ao tema que a fez vitoriosa,

que será o mesmo de sua tese de mestrado. Valéria achou interessante que um assunto como mercado de trabalho fosse o ganhador do concurso, num período em que os índices de desemprego são cada vez mais alarmantes.

O Prêmio de Monografia do CORECON sempre acontece no segundo semestre de cada ano. De agosto a setembro são abertas as inscrições. Até novembro os trabalhos são examinados e julgados. Em dezembro é divulgado o resultado. É bom lembrar que este concurso é institucional e participam dele os estudantes de economia do oitavo período, via faculdade. As monografias são as mesmas apresentadas pelos alunos na conclusão de curso. Este ano, a comissão julgadora foi formada pelos professores Ildete Pereira de Melo - da UFF, Lia Pereira Valle - UERJ, José Luiz de Crvalho - Santa Úrsula, e Eduardo Scaletzky - UFRRJ, além da coordenadora Lia Hasenclever.



# e Monografias

## Os temas dos três trabalhos premiados:

### Regime de Alta Inflação e Experiência Brasileira

Luís Gustavo Vieira Martins buscou nos mais recentes textos teóricos sobre inflação, principalmente teorias de economistas argentinos, onde esse problema também é grave, o embasamento que seria preciso para desenvolver sua monografia. "Eu procurei contrapor a teoria clássica sobre análise e combate da inflação com o que existe de mais atual sobre o assunto. Depois, separei inflação moderada, como as dos países desenvolvidos, da inflação alta, como a brasileira, e os processos hiperinflacionários da história".

Com estas definições na mão, a conclusão do trabalho de Luís Gustavo é de que o instrumental usado nos países desenvolvidos não se adequa ao Brasil, e de que não há

como se pensar uma saída para uma economia desestruturada institucionalmente como a brasileira.

O autor ressalta que seu trabalho não pretende apontar soluções específicas, mas sim sistematizar uma visão do processo inflacionário brasileiro. A partir dela, seria possível uma análise mais profunda, que apontasse soluções.

Essa seria uma segunda etapa do trabalho, que Luís Gustavo pretende desenvolver em sua tese de mestrado. "Vale a pena todo o esforço da monografia. Você vê que o tempo investido em estudos e análises tem um sentido real, que pode ser aplicado na prática da nossa profissão. É importante o aluno ter esse incentivo".

### A Carteira Profissional no Mercado de Trabalho Urbano

Ao procurar descobrir como a carteira profissional funciona no dia-a-dia de um país recessivo como o Brasil, Valéria Lúcia Pero levantou várias considerações sobre a relação entre o trabalho formal e o informal, no contexto metropolitano, durante a década de 80. O período foi escolhido por Valéria devido ao interesse na grande mudança do mercado de trabalho na época, em que as estruturas das relações empregado-empregador foram revolucionadas.

Em sua monografia, ela constatou que, em 1984, o número de trabalhadores sem carteira alcançou 23%. Outro dado interessante é que, hoje, a diferença de salário entre um trabalhador sem carteira e um registrado é de 50%. "Nós fizemos esse estudo levando em conta profissionais com o mesmo nível de vida, morando em uma mesma

região, com a mesma idade e igual nível educacional", diz Valéria.

A conclusão do trabalho é também uma dúvida, que Valéria pretende poder resolver com a continuação desse estudo, em sua tese de mestrado: o cumprimento das leis trabalhistas, com uma rigorosa fiscalização, ou tornaria inviável um número expressivo de firmas que empregam um grande contingente de trabalhadores sem carteira ou, em uma situação ideal, levaria a uma melhor estrutura de trabalho para todos. "Quem contrata com carteira, atualmente, tem um custo mais ou menos 30% maior do que quem emprega sem carteira", avalia Valéria. "Quero estudar agora como viabilizar a contratação dessa mão-de-obra sem carteira, sem aumentar o ônus para o empresário e melhorando as condições do trabalhador brasileiro".



Lia Hasenclever (à esquerda) e Carlos Lessa, ladeados pelos orientadores dos trabalhos premiados: Ricardo Henriques, Ildete Pereira de Melo e João Luiz Sabóia

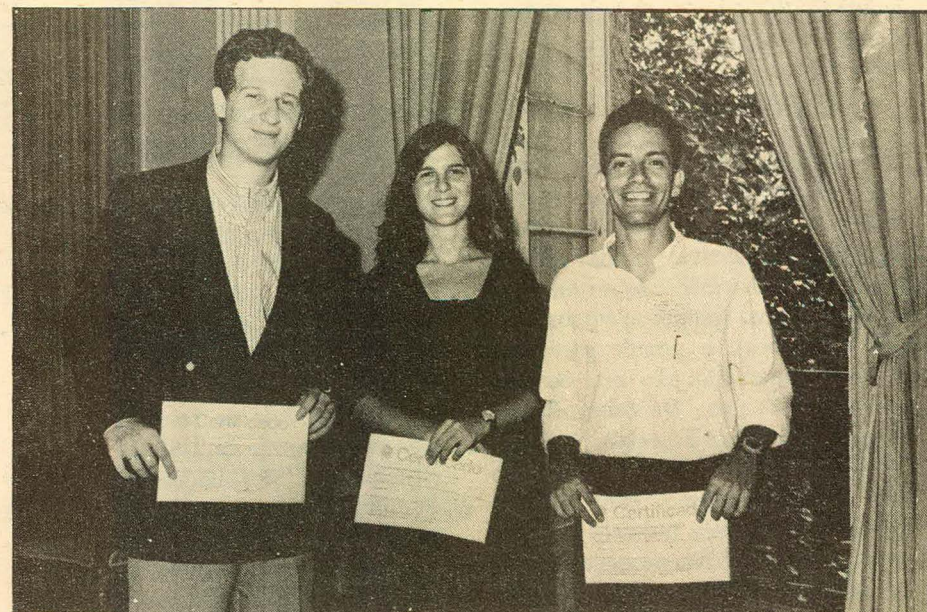
### O Efeito Fischer no Brasil

Jorge José Guinle optou por um tema mais teórico, tentando, através dessa escolha, resolver uma dívida que preocupa quem está, segundo ele, de frente com as diversas fórmulas econômicas, mas ainda não sabe distinguir em que circunstâncias aplicá-las. "Quem sai da faculdade tem um conhecimento limitado de economia", explica Jorge. "Eu não sabia se acreditava nas visões de mercado dos economistas ou se acreditava nos empresários, que viviam dia-a-dia as questões que mais preocupam a economia brasileira".

Foi para responder a essa pergunta que Jorge se aprofundou nos conceitos teóricos de seu trabalho. Ele estudou um período menos atribulado da nossa política econômica, compreendido entre a década

de 70 e o ano de 1986, antes dos planos econômicos. Nessa época, as taxas de juros eram elevadas, e o trabalho de Jorge constatou que os economistas defendiam que, se baixassem as taxas, a inflação iria cair. Já os empresários diziam que, com os juros baixos, a tendência seria de a inflação subir ainda mais.

Jorge fez uma série de considerações em sua monografia, concluindo que o assunto era bem mais complexo do que esperava. "Entendi que os empresários olham mais para a oferta, enquanto a maioria dos economistas - não todos, mas a média - têm a visão apenas da demanda. O trabalho acadêmico me ajudou a descobrir uma coisa aparentemente simples: não se pode tirar conclusões *a priori*".



Jorge Ribeiro Guinle (2º lugar), Valéria Lúcia Pero e Luiz Gustavo Martins (3º lugar).



# O plano de Munhoz para Itamar

*Estudo de Dércio Munhoz, que provocou a saída de Krause, mostra que o Tesouro tem sobra de caixa, contesta a necessidade da reforma fiscal e tem apoio de lideranças dos economistas do Rio.*

11

1. Ao final do governo Sarney, em princípios de 1990, registrava-se a mais intensa especulação financeira, tendo o Tesouro gasto com encargos financeiros da Dívida Mobiliária (juros e deságios - exclusiv. resgates): US\$ 5,2 bilhões no 1º semestre de 89 (31,9% das receitas fiscais) das receitas fiscais); US\$ 14 bilhões no 2º semestre (74% das receitas) e US\$ 10,4 bilhões em janeiro e fevereiro de 90 (146,5% das receitas). Observação: todos os valores mencionados no texto são em dólares, para permitir comparações.

2. Com isso a Dívida Mobiliária teria alcançado US\$ 150 bilhões em 28.02.90, se tivesse incorporado a correção monetária plena. O que o novo governo não fez.

3. A não incorporação plena da correção monetária de março/abril de 90 aos títulos públicos e o resgate de US\$ 30 bilhões de títulos com sobras orçamentárias de 1990 e 1991, reduziu a Dívida do Tesouro (Dívida Mobiliária), que atualmente se compõe:

a) US\$ 65 bilhões - títulos "normais" em poder do Banco Central, que os adquiriu com recursos da "estatização" da dívida externa. Agora, com o Tesouro assumindo diretamente a dívida externa correspondente, esses títulos podem ser "resgatados". (Isto é, o Banco Central devolve os títulos ao Tesouro e ao mesmo tempo deixa de ser o devedor externo).

b) US\$ 25 bilhões (possivelmente menos) da série especial - Sem Juros - em poder do BC - fruto da compra pelo Tesouro Nacional dos "ativos podres" do Banco Central. (Decreto-Lei 2376).

c) US\$ 13,5 bilhões - Títulos do Tesouro no mercado (parte no extra-mercado, com empresas estatais).

4. No início do 3º trimestre de 91 o Banco Central retoma a política de juros altos. Sem justificativa, pois na ocasião o volume de títulos públicos no mercado era inexpressivo (estima-se em torno de US\$ 6 bilhões), e grande parte dos cruzados liberados não era sacada, permanecendo nos "Depósitos Remunerados" (Poupança Especial), rendendo 8,0% a.a.. Af havia US\$ 7 bilhões ao final de agosto último, mais US\$ 15 bilhões na Poupança normal. Ou seja, praticamente não havia necessidade de o Tesouro vender novos títulos no mercado, para obter dinheiro para devolver os

depósitos congelados em 3/90.

5. O volume de Títulos do Governo (TN) efetivamente no mercado (excluindo extra-mercado) é irrisório, devendo estar abaixo de US\$ 10 bilhões. Não justificando elevação dos juros sob argumento de ter o Banco Central de captar recursos, vendendo títulos para financiar déficits inexistentes do Tesouro. Ontem, como hoje (afora as "loucuras" de 1988 e 1989), usa-se a colocação de títulos (mesmo com os superávits que o Tesouro vem registrando) para, pagando remuneração elevada, puxar as taxas de juros praticadas no mercado.

6. É fato que o Banco Central tem colocado títulos próprios no mercado (aproximadamente US\$ 20 bilhões ao final de julho). Mas grande parte visando captar cruzeiros assim, para adquirir dólares no mercado, "inchando", artificialmente portanto, as reservas internacionais do país (o volume atual de reservas, segundo o Banco Central, já estaria em US\$ 23 bilhões, contra US\$ 9 bilhões ao final de 1991). E por que o excesso de dólares?

7. Sobram dólares porque:

a) o país faz saldos comerciais (US\$ 15 bilhões neste ano), com isso pode pagar os juros da dívida externa, e não o estaria fazendo (embora não se disponha de informações mais completas a respeito);

b) permite-se (por decisão da Comissão de Valores Mobiliários), o ingresso de capitais especulativos nas Bolsas, com isenção do Imposto de Renda, numa política absurda de valorização artificial de ações, em plena recessão.

c) ingressam recursos para ganhos especulativos com títulos de renda fixa - como Certificados de Depósitos Bancários - CDB - face às altas taxas de juros que o Banco Central impõe ao mercado, garantindo ao aplicador remuneração real elevadíssima.

8. O excesso de reservas internacionais em torno de US\$ 10 bilhões, custa ao país US\$ 3 bilhões anuais: paga-se internamente juros em torno de 30% ao ano, reais (isto é, acima da inflação), e o país aplica os dólares no exterior (mercado de Euromonedas) a 3% ao ano - menos que a própria inflação americana.

9. A especulação financeira no Brasil, portanto, já se internacionalizou. E se vier a ser contida, é inevitável que os capitais especulativos fujam, reduzindo as reservas internacionais do país. O que, afinal, sob todos os aspectos, é altamente positivo para a economia brasileira, permitindo substancial redução de encargos financeiros;

10. Acabando a especulação (altas taxas de juros para aplicações de curtíssimo prazo), o essencial é que se proporcione internamente, aos aplicadores, uma remuneração líquida final, para aplicações de médio e longo prazos, levemente superior aos juros internacionais. Com isso não haverá fuga de capitais, a não ser a saída, na fase inicial, dos capitais especulativos, de curto prazo.

11. Para as aplicações de curto prazo, onde deveria estar apenas o chamado "capital de giro" das empresas, dos governos, e dos indivíduos de renda alta - recursos que precisam de segurança e pronta liquidez, podendo ser sacados a qualquer momento - é possível e normal rendimentos pouco abaixo da inflação, como se fez até os anos 70, e em alguns períodos após isso.

12. O que não é mais possível é a alegação, visando sustentar a especulação, de que o governo tem déficits e precisa vender títulos de qualquer modo para atender o excesso de gastos. Isso porque:

a) o Tesouro tem sido superavitário todos os anos em que não tem havido especulação financeira (que provoca pesadas despesas de juros ao governo);

b) em 1990 e 1991 o Tesouro registrou grandes sobras em 31 de dezembro, o equivalente a bilhões e bilhões de dólares;

c) em 1992 (e até setembro) o governo vendeu títulos novos no exato montante dos títulos vencidos e resgatados. Com isso, o crescimento da Dívida Mobiliária foi zero;

d) ainda em 1992 o excesso de recursos do Tesouro, em 30 de setembro, era de CR\$ 33 trilhões (agora cruzeiros), o que cobriria algo como seis meses dos salários de todo o pessoal ativo e inativo, civil e militar, da administração direta e indireta da União;

e) a causa das obras é que, além de não se gastar o que o governo arrecada, as regras do FMI/Ministério da Fazenda/

Banco Central não permitem agregar às receitas originais, para cobertura de gastos (que crescem com a inflação) a correção monetária que o Banco Central credita ao Tesouro, sobre os saldos diários da conta do Tesouro (e que apenas recompõe o valor real dos valores desgastados pela inflação). Desse modo, se uma determinada receita, arrecadada nos primeiros dias do mês, permitiria pagar, por exemplo, as despesas de consumo do Ministério da Educação aos preços dos dias 1º o 2º, não será suficiente quando utilizada ao final do mês, porque os preços foram subindo com a inflação e o valor das receitas ficou congelado. A correção monetária sobre os saldos dos depósitos, por outro lado, foi registrada à parte, reservada para cobrir títulos públicos antes emitidos para pagar os juros do governo; juros esses oriundos da especulação financeira que encarece os encargos sobre a Dívida Mobiliária - que é a dívida do Tesouro representada por títulos.

13. Também é falso - absolutamente falso - que o Estado esteja falido, como se alega para justificar os altos juros mantidos pelo Banco Central; ou para que o Congresso e a sociedade engulam absurdos, como a brutal elevação de impostos que o governo anterior se comprometeu junto ao FMI. A dívida líquida do setor público foi estimada em US\$ 146,6 bilhões para 31.12.91 (publicação do Banco Central denominada Brasil- Programa Econômico, vol. 32, março de 1992, que visa informar aos credores externos). Do exame dos dados se conclui, examinando sob diferentes enfoques:

I- Dívida Total (Externa e Interna)  
US\$ 146,6 bilhões

- do governo federal e Banco Central 50,2

- de estados e municípios 30,0

- de empresas estatais 66,5

Vê-se que o Tesouro/Banco Central juntos tem dívida muito menor que os US\$ 100 bilhões da Dívida Mobiliária Federal. Isso porque tem também muitos créditos, especialmente ao assumir, na renegociação externa, dívida que antes era de estados, municípios/empresas estatais, formando-se credor destes (os devedores permaneceram os mesmos - só os credores é que mudaram).



II - Dívida total em US\$ bilhões:

	Interna	Externa	Total
Gov Fed. e BC	- 6,1	56,2	50,1
estados/municípios	25,8	4,2	30,0
empresas estatais	36,2	30,3	66,5
Totais	55,9	90,8	146,6

- Dos dados acima vê-se que:

a) O governo federal/ Banco Central, que tem US\$ 100 bilhões da Dívida Mobiliária (efetivamente só do Tesouro), é, em realidade, credor em cruzeiros - equivalentes a US\$ 6,1 bilhões. E mesmo na dívida externa tem parte compensada pelas reservas internacionais. Dívida líquida total: US\$ 50,1 bilhões.

b) Os estados e municípios têm uma dívida interna próxima de US\$ 26 bilhões; mas desse total perto de US\$ 9 bilhões se referem a títulos públicos - cujo aumento muito se deveu aos encargos financeiros absurdos, forçados pela política federal de sustentar, com juros estratosféricos, a especulação financeira;

c) os estados e municípios têm uma dívida bancária de US\$ 14 bilhões. Mas como conseguir dinheiro de outras fontes quando os devedores (estados principalmente) eram obrigados a pagar em moeda não só os juros absurdos da Dívida Mobiliária, como também ir amortizando uma parcela dessa mesma dívida? E seria possível, nesse quadro, pagar também os juros da dívida bancária, sempre maiores que os dos títulos públicos?

d) As estatais federais e estaduais devem US\$ 66,5 bilhões, que são empréstimos normais para financiar investimentos; e perto da metade da dívida externa do longo prazo do país está aí compreendida. Da dívida interna, US\$ 20,4 bilhões são de dívida originalmente externa, assumida e renegociada pelo Tesouro (vencida, mas o país não podia mesmo pagar, por falta de dólares, donde o "giro" da dívida, pelas estatais, ser absolutamente normal);

e) as estatais poderiam dever menos, contando com mais capital próprio. Mas quantas dezenas de bilhões de dólares elas perderam, porque forçadas pelo governo a praticar preços artificiais, para segurar a inflação?

f) e qual o patrimônio das estatais? Só na siderurgia - que está sendo vendida a "preço de banana" - os investimentos de 1975 a 1990 se aproximaram de US\$ 25 bilhões.

14. E quanto ao ajuste fiscal (que viria para sanear um caos financeiro inexistente), provocará brutal elevação dos custos e dos preços, com mais inflação e mais recessão. Os dados:

a) Proposta orçamentária para 1993:  
 - Orçamento Fiscal - US\$ 26 bilhões  
 - Orçamento de Seguridade, exclusive contribuições sobre a folha de salários e receitas financeiras previstas - US\$ 12 bilhões

Total - US\$ 38 bilhões.

b) Ajuste Fiscal - Impacto  
 - aumento de impostos: US\$ 12 bilhões (aumento de tributos: 32%)  
 - aumento de Receitas: US\$ 16 bilhões; US\$ 12 bilhões de aumento de

imposto, mais US\$ 4 bilhões de redução da sonegação (aumento de tributos: 42%).

c) Observações:  
 - receitas financeiras dependem da existência ou não de saldos bancários.

- o aumento líquido de impostos só ficaria em apenas US\$ 12 bilhões se os setores beneficiados pela eliminação do IPI reduzirem os preços de seus produtos; pouco provável, dados os reflexos da recessão.

- Diante de tais dados, todos originados de documentos oficiais, como aceitar as afirmações de que o Estado estaria falido, que as empresas estariam quebradas, que o futuro é incerto? Como aceitar o pacote fiscal, que é desnecessário, absurdo e desorganizador da economia?

15. Quando concluído o presente texto, e inclusive impresso, o Min. da Fazenda liberou a execução orçamentária do mês de outubro/92, que acrescenta novas informações que reforçam a perplexidade da forma como o tema Finanças Públicas está sendo encaminhado:

a) a correção monetária sobre os saldos do Tesouro, creditada no mês pelo Banco Central, foi de Cr\$ 10,1 trilhões. Acima do que se deveria esperar, mas refletindo aparentemente a nenhuma transparência, a ausência de controle da sociedade, sobre as relações Tesouro/Banco Central;

b) como as regras de ideário do FMI/Banco Central/Tesouro impedem o uso de tais recursos para cobrir despesas orçamentárias (item 12 acima), os saldos do Tesouro de cada um dos meses de 1992, uma vez somados, totalizam uma sobra, até outubro, de Cr\$43,1 trilhões (para que se possa ter uma idéia de grandeza, toda a receita fiscal de outubro foi de Cr\$ 24 trilhões aproximadamente e as transferências constitucionais - Fundos de Participação etc. - de Cr\$ 6,2 trilhões);

c) o saldo acumulado, em verdade, foi maior - Cr\$ 48 trilhões. Isso porque o Tesouro, em outubro, resgatou Cr\$ 8,5 trilhões da Dívida (99% da Dívida Mobiliária, ou seja, dívida repassada por títulos públicos internos), mas colocou no mercado (vendeu) Cr\$13,5 trilhões (!), provocando um excesso de dívida desnecessário (pois os saldos de recursos acumulados são fantásticos), pois só nessa operação sobraram mais Cr\$ 5 trilhões!

d) Será que algum núcleo dentro do governo estaria criando dívida artificial, para crescimento artificial da dívida do governo, assim acusando falsos déficits, para forçar a aprovação do pacote fiscal que vai desorganizar de vez a economia (mais inflação e mais recessão)? Seria uma traição, um crime de lesa-pátria, contra o país, o presidente, os ministros da área econômica, o Congresso e a sociedade. O Congresso não pode tornar-se cúmplice de uma grande farsa, pois o preço que o país paga pela "caixa preta" das finanças públicas é o esfacelamento da base econômica, da base social, e põe em risco a base institucional".

**JOSÉ MORAES NETO,**  
**presidente do COFECON**

"Munhoz prova, com seu estudo, que a solução para a crise financeira do Estado tem outro caminho, que não seja a reforma fiscal. No fundo, a reforma sanciona a continuidade da crise financeira".

**CARLOS LESSA,**  
**presidente do CORECON**

"Creio que a variável chave para demonstrar a armadilha que aprisiona a economia brasileira é a taxa de juros. O problema é que essa variável reflete a articulação externa e a peculiar montagem do sistema financeiro monetário nacional. Sem enfrentar esses níveis profundos, a taxa de juros elevada continuará a penalizar a economia."

**MAURÍCIO BUZANOWISKY,**  
**vice-presidente do CORECON**

"Os vários planos econômicos do Brasil, por terem seguido o receituário do FMI, provocaram um conceito inadequado das finanças públicas. O artigo surpreende. Se os dados estão corretos, na verdade a nossa concepção até agora é inadequada, e um ajuste realmente não é tão importante."

**JOSÉ CLEMENTE DE OLIVEIRA,**  
**vice-presidente do IERJ**

"A análise do professor Munhoz indica ser perfeitamente possível praticar taxas de juros cadentes, de forma administrada, sem que isso provoque fuga de aplicações para o dólar ou para ativos reais. É possível reduzir o custo da dívida pública, aumentando, desta forma, em termos reais, a capacidade de investir do setor público brasileiro, facilitando o cumprimento do programa de governo esboçado pelo presidente Itamar Franco. E, com isso, retomando-se o crescimento econômico."

**JOÃO MANOEL GONÇALVES BARBOSA,** presidente  
**do Sindicato dos Economistas**

"A partir do documento, sou forçado a concordar que a reforma fiscal não irá resolver os problemas de curto e médio prazo do país."



# Em busca da verdadeira modernidade

*À satisfação das necessidades básicas do homem segue-se a satisfação dos desejos humanos. Ao ver preenchidas suas necessidades básicas, através do consumo, o homem busca, também através do consumo, satisfazer seus desejos. Essa informação, aparentemente prosaica, tem importância transcendental na formulação de uma política industrial para o Brasil.*

Darc Costa

Como se sabe, a sociedade brasileira é dual. De um lado, a maior parcela da sociedade brasileira procura preencher suas necessidades básicas. Do outro, pequena parte busca satisfazer seus desejos. Uma política industrial para o Brasil precisa reconhecer essa dualidade. Isto, entretanto, não vem sendo observado. Todo o discurso econômico, e especialmente o discurso de uma política industrial que vem sendo divulgado e defendido, contempla, exclusivamente, a menor parte de nossa sociedade, ou seja, aquela que busca a satisfação de seus desejos. É a política industrial da modernidade consumista. Por isto, pouca diferença tem das propostas de política industrial dos países desenvolvidos.

A política industrial da modernidade consumista se apóia, também, na tese da inserção da indústria brasileira na competição in-

dustrial global. Exige, portanto, da indústria nacional, sofisticação e um grau de maturidade incompatíveis com o seu desempenho atual. É evidente que, em alguns setores, essa inserção poderia ser obtida, mas a custo de muito esforço. Ao generalizar o discurso da inserção os seus propagandistas o tornam inócuo. O erro da adoção dessa estratégia torna-se mais flagrante quando se verifica que ela conduz, inexoravelmente, a uma abertura do mercado interno à competição em todos os setores industriais, já que a inserção pressupõe, classicamente, o conceito da mão dupla no trânsito de produtos e serviços.

Ao se promover esta abertura indiscriminada, o discurso da modernidade consumista deixa de observar que expressiva parcela do parque industrial brasileiro

ainda é nascente. Nascente porque recente e, portanto, merecedor de ser protegido. Deixa, também, de verificar que o atrasado estágio de alguns setores decorre da posição periférica da indústria, ou seja: o atraso se justifica na periferia e na

periferia a indústria deve ser protegida.

Não se busca aqui renegar a melhoria na qualidade dos produtos nem a maior produtividade, mas sim demonstrar que esses

objetivos estão sempre presentes em qualquer política industrial, seja a que privilegie uma sociedade de satisfação de massa seja a que objetive criar uma sociedade de consumo de massa.

A grande questão de uma política industrial no Brasil está, portanto, na priorização a ser concedida - ou ao consumidor que pretende preencher suas necessidades básicas, ou àquele que busca satisfazer seus desejos. Ao representante da sociedade de consumo de massa, o primeiro carro é aquele que lhe é acessível, seja um fusca, seja um Gurgel, seja lá o veículo que for. Sua necessidade faz seu consumo. Já aquele que possui um Santana deseja um carro diferente, importado. Seu desejo faz o consumo. Por que, então, com um mercado potencial como o nosso, onde a grande maioria necessita e poucos desejam, grande parcela

**A modernidade consumista redundará em sucatear o nosso parque industrial.**



do empresariado tem apoiado a proposta da modernidade consumista, tem apoiado o desejo? A resposta é simples: essa proposta, no curto prazo, fazia sentido e na opinião desse segmento teria melhor resposta, em decorrência das características excludentes do modelo econômico que vem sendo praticado no Brasil há várias décadas. Este modelo econômico, que tem concentrado renda e favorecido a especulação, está impedindo a criação de uma sociedade de consumo de massa. Restava, portanto, sob a égide deste modelo, a possibilidade, se bem que cada vez menor, de atendimento exclusivo aos favorecidos pela situação econômica. Cada vez menor porque o desejo é a busca do diferente e nada mais diferente que o estrangeiro.

Se a prioridade a ser concedida na formulação de uma política industrial for a destinada a favorecer a criação de uma sociedade de consumo de massas, não basta apegar-se as linhas de produção massificadas do "fordismo", atualizadas pelos métodos de racionalização industrial japoneses. É preciso revalorizar-se a produção e minimizar a especulação. É preciso ter uma política de distribuição de renda. Em síntese: é fundamental recriar o nosso mercado interno.

Se se mantiver, contudo, a política da modernidade consumista, pouco sentido faz se valorizar as técnicas do "ohnoísmo", como tem sido feito, porque nessas técnicas os orientais, durante algum prazo, serão imbatíveis. Eles as criaram para competir no centro da competição industrial, o mercado americano. A indústria americana, a principal interessada no seu mercado, já

concluiu não ser através do "ohnoísmo" e sim através do protecionismo que ela sobreviverá. O que dizer, portanto, da indústria brasileira? A modernidade consumista redundará em sucatear o nosso parque industrial. Entretanto, pela nossa industrialização periférica, existe ainda a possibilidade de se criar no Brasil uma sociedade de consumo de massas, desde que se priorize esse objetivo, através de um consistente projeto de industrialização.

Para se dar forma a esse projeto não se pode abrir mão da ação indutora do Estado, nem abando-

e mais hábeis teremos de ser. Este é o único caminho, pois todos sabemos ser a indústria o grande motor do desenvolvimento e a única certeza que tem um país de poder dar ao seu povo o bem estar que ele almeja.

O que se procurou apresentar aqui é que a equivocada modernidade consumista tem defendido de forma abstrata a necessidade de modernização da indústria através do uso de novas tecnologias ou através da abertura da economia para o capital estrangeiro e que isto pouco tem contribuído para a competitividade dessa indústria.

internacional. Não se pode deixar de mencionar a importância do Estado, também, como instrumento de privilégio e, conseqüentemente, de busca de melhoria da produção nacional. Na colocação de suas encomendas o Estado tem um grande papel - em especial, para o setor de bens de capital - para a incorporação de novas tecnologias. Esse mesmo Estado tem também importância fundamental no sucesso de uma política industrial orientada para a criação de uma sociedade de consumo de massas. Ao se criar as condições para que se processe o acesso ao financiamento de longo prazo a taxas compatíveis, o Estado pode proporcionar à indústria os investimentos realmente adequados ao seu progresso.

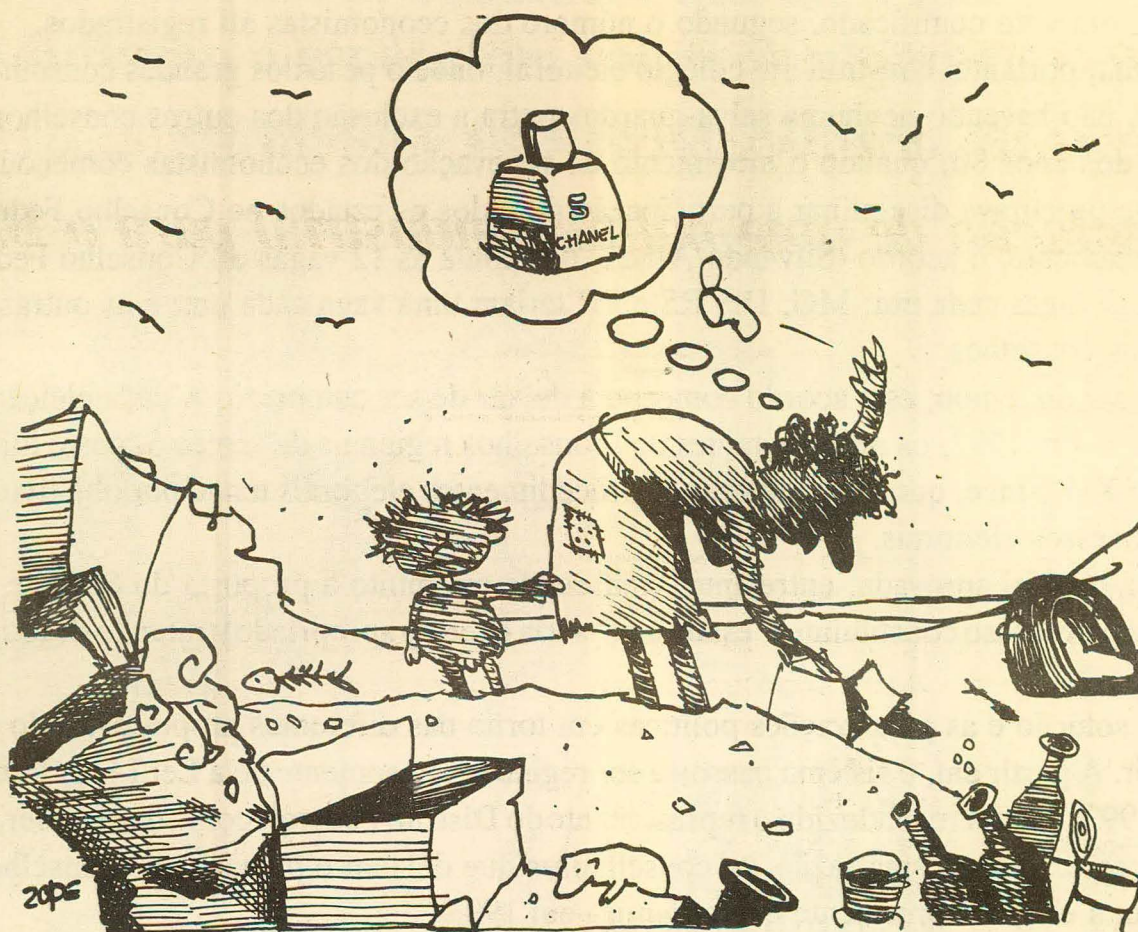
É ainda o Estado o responsável pela coordenação de um programa de desenvolvimento tecnológico de suporte a uma indústria competitiva.

Só revalorizando esses instrumentos é que será possível recuperar-se o crescimento industrial e gerar-se o projeto que permitirá a constituição de uma sociedade de consumo de massas no Brasil.

Este consistente projeto também deve privilegiar o seu mercado natu-

ral, o mercado interno, garantindo qualidade e produtividade. Uma nova política industrial deve ser voltada a fomentar a implantação de novas fábricas, agora dentro de uma ótica de descentralização industrial, ocupando regiões menos desenvolvidas. Há uma verdade que nossos economistas não podem esquecer, que é: só com novas fábricas é que se processa a verdadeira competição industrial.

*Darc Costa é engenheiro, chefe do departamento técnico de engenharia econômica do Clube de Engenharia.*



nar-se os tradicionais mecanismos de formulação de uma política industrial existentes no planejamento governamental.

Este consistente projeto deve estar orientado a dar à indústria as características de massificação necessárias aos bens de consumo de massa e dar, quando for possível, aos bens de desejo a necessária sofisticação ou a desejada qualificação que atenda aos requisitos de seu consumidor. Quanto mais necessidades forem atendidas, mais desejos aparecerão

Na verdade, é necessário voltar-se ao planejamento governamental como instrumento de organização e indução da indústria. A utilização do planejamento setorial, na demarcação de uma oferta que a compatibilize com a demanda, minimiza os riscos empresariais. A busca de uma política cambial coerente com o perfil produtivo do País e o uso de barreiras tarifárias e não-tarifárias são e serão os mecanismos econômicos naturais de inserção da indústria brasileira na economia



# Enquanto a Constituinte não vem.

Marcio Henrique M. de Castro

Poucos assuntos são tão áridos e desinteressantes para os economistas como aqueles referentes à estrutura e funcionamento do Sistema Cofecon/CORECON's. No entanto, é fundamental, neste momento, que a categoria esteja atenta para a mensagem que se segue, pois, em última instância, é ela que sustenta financeiramente as entidades que regulam a profissão.

A lei 1411, que entrou em vigor em 1951, até hoje dá a espinha dorsal da organização dos Conselhos de Economia. De acordo com a 1411, a composição do plenário do Conselho Federal é feita através de eleição indireta.

Quando da eleição do Conselho Federal, os economistas de cada unidade da federação são representados por um delegado - eleitor, que terá voto qualificado, segundo o número dos economistas ali registrados.

Esse sistema, portanto, constitui um colégio eleitoral, onde o peso dos grandes conselhos (SP, RJ, DF, MG, RS e PR) é preponderante, não havendo nenhuma salva-guarda contra a exclusão dos outros conselhos.

No início dos anos 80, quando o movimento de renovação dos economistas começou a dirigir o sistema, foi definido um acordo que procurava disciplinar a participação de todos os estados no Conselho Federal.

Simplificadamente, o acordo (Silvando/Arbex) distribuía as 12 vagas do Conselho Federal da seguinte forma: SP e RJ teriam sempre 2 vagas cada um; MG, DF, RS e PR teriam uma vaga cada um; e as outras quatro vagas sofreriam um rodízio pelos demais conselhos.

Com o passar do tempo, este acordo começou a deixar de ser cumprido. A cada eleição, o sistema passava por uma pequena turbulência. Em 1992, os representantes dos conselhos regionais da região Sudeste formularam uma proposta, para ser apresentada no XIV Since, que visava alterar os procedimentos eleitorais tendo por objetivo uma maior participação e transparência dos processos eleitorais.

A proposta que foi aprovada, entretanto, transcende em muito a proposta do Sudeste, pois votou-se, naquela ocasião, pelo início de um processo constituinte ("estatuinte" seria o termo apropriado) tratando de todas as questões relevantes para a nossa profissão.

Com essa solução e as polarizações políticas em torno das diferentes propostas, todo e qualquer resquício de acordo deixou de existir. A partir daí, o sistema passou a ser regulado tão somente pela Lei 1411. Por isso, na eleição do novo terço, que assume em 1993, não foi reconduzido o representante do Distrito Federal, como deveria ser, caso o acordo (Silvando/Arbex) ainda prevalecesse. Pela mesma razão, os conselheiros que deixam o plenário do Conselho Federal este ano, com base na 1411, ajudaram a eleger o presidente que assumirá em 1993.

Ficamos assim. Todos os lados estão atuando segundo as regras da 1411. Tanto os que entram como os que saem do Conselho Federal. Tudo leva a crer que esta situação perdurará por algum tempo. Pelo menos até que a Constituinte se transforme em lei.

**I N F O R M E**  
**CORECON**

**IMPRESSO**

PORTE PAGO  
DR/RJ  
ISR 52.2246/86

